

Comunicação e desenvolvimento: por uma educação ambiental integrada e permanente através do Jornalismo

Pedro Celso Campos¹

Resumo

A urgência da questão ambiental é de tal ordem que já não se pode mais deixar apenas a cargo da escola formal o dever de educar para o meio ambiente. A "alfabetização ecológica" da sociedade deve perpassar todas as instâncias de locução. Isto significa que cabe à mídia — e especialmente ao jornalismo — o dever cívico de, primeiramente, tomar conhecimento da problemática que envolve o desenvolvimento sustentável, e, em seguida, transmitir mensagens persuasivas na direção de uma mudança do comportamento das pessoas. A idéia, aqui, é propor uma visão integrada e sistêmica que reúna a mídia, a universidade, o poder público, a escola formal e, principalmente, a sociedade, no esforço de todos por um outro mundo possível. Por sua responsabilidade social, o jornalismo não tem o direito de ignorar esta Cruzada pela Vida.

Palavras-chave: Integração. Sistema. Participação. Complexidade. Interdisciplinar.

¹ Pedro Celso Campos, 58, defendeu sua tese de doutorado em 28.03.2006, na ECA-USP, sob o título "Jornalismo Ambiental e Consumo Sustentável – Proposta de Comunicação Integrada para a Educação Permanente", 324p., sob orientação do Prof. Dr. Luiz Barco. Em março de 2008 conclui seus estudos pós-doutorais junto à Facultad de Comunicación de la Universidad de Sevilla-ES, onde se encontra desde setembro de 2007, sob a supervisão do Prof. Dr. Francisco Sierra Caballero, na linha de pesquisa Estudios en Comunicación, Política y Cambio Social/COMPOLITICAS. É jornalista profissional desde 1969, graduado pela Universidade de Brasília, e há 12 anos ensina "Produção Jornalística – Técnicas de Reportagem e Entrevista" e "Jornalismo Impresso III" na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, campus de Bauri, onde é Coordenador de Ensino. E-mail: pcampos@faac.unesp.br

Abstract

The urgency of the environmental issue is such that one can no longer leave the duty of teaching for the environment upon formal education's hands. Society's "ecological literacy" must be passed by all the instances of communication. This means it is the role of the media – and especially of Journalism – the civic duty of, firstly, become aware of the problematic that involves sustainable development, and, afterwards, transmit persuasive messages towards changing people's behavior. The idea, here, is to propose an integrated and systemic view that unites media, university, public power, formal education and, mainly, society itself, in the effort to achieve another possible world. Due to its social responsibility, Journalism has no right to disregard this Crusade for Life.

Keywords: Integration. System. Participation. Complexity.

A história universal não é senão a história do progresso da consciência de liberdade.

HEGEL

Conceito de Integração



onsiderar meio ambiente, jornalismo ambiental ou educação ambiental -- que são os três eixos deste estudo -- significa considerar a epistemologia da

Integração, da visão sistêmica, da interdisciplinaridade, do holismo, da educação libertadora dentro e fora da escola. Em Spencer², a integração é uma das características fundamentais da evolução cósmica enquanto passagem de um estado indiferenciado, amorfo e indistinto para um estado diferenciado, formado e unificado. Quando imaginamos conformações sistêmicas, como na biologia, podemos pensar a integração como o grau de interdependência entre as partes para a formação do todo. Em psicologia, integração é a organização da personalidade, do mesmo modo que, em sociologia, é o grau de organização do grupo social.

Entretanto, é preciso considerar que, na estética pós-moderna, a busca da integração não se dá pela soma das partes, mas na desconstrução da forma, no rompimento dos paradigmas, na recriação do que está dado. Por outro lado, devemos observar também que a estética da objetividade, no jornalismo, esconde um viés ideológico que tenta nos convencer a respeito da "naturalidade" dos padrões estabelecidos, de modo a não percebermos as contradições presentes no mundo moderno. Por exemplo, nos meios de comunicação — por meio dos seus produtos e gêneros, como notícias, editoriais, artigos, novelas, telejornais etc — fica-nos a impressão de que riqueza e pobreza fazem parte da natureza das coisas, quando, na verdade, são o resultado da ação dos homens. No imaginário popular, resta aos pobres a "paciência" e

² Cf. *Primeiros Princípios*, 1862, par. 94, citado por ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*, pg.571. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

aos ricos a "generosidade"², porque "Deus quer assim", porque "é assim mesmo", ou "o que se pode fazer?". Os telejornais passam a impressão de que presenciamos os acontecimentos ao vivo. O que fica escondido é o fato de que, ao selecionar as imagens que vão ser mostradas, ao cortá-las, ao montá-las numa determinada ordem, a produção do telejornal já mutilou a realidade, já a interpretou e nos mostra o produto final manipulado como se fosse o fato em si. (ARANHA, 1995, p. 367)

O estudante de jornalismo que adota a visão sistêmica na tentativa de compreender melhor o mundo com certeza vai incorporar aos seus estudos essa imprescindível reflexão crítica a respeito da origem e da consequência das coisas, isto é, aprenderá a indagar das causas e efeitos para julgar o que está sendo dado como real acontecido a partir da representação do mundo. Temos aqui a formulação clássica da dialética hegeliana. O conhecimento estabelecido a partir de uma realidade dada, imediata, enquanto simples aparência do mundo real, é chamado por Hegel de conhecimento "*abstrato*", ao qual se opõe o conhecimento do *ser real, concreto*, que consiste em descrever o modo como uma

² "Talvez dêsmolas. Mas, de onde as tiras, senão de tuas rapinas cruéis, do sofrimento, das lágrimas, dos suspiros? Se o pobre soubesse de onde vem o teu óbolo, ele o recusaria porque teria a impressão de morder a carne de seus irmãos e de sugar o sangue de seu próximo. Ele te diria estas palavras corajosas: não sacies a minha sede com as lágrimas de meus irmãos. Não dê ao pobre o pão endurecido com os soluços de meus companheiros de miséria. Devolve a teu semelhante aquilo que reclamaste e eu te serei muito grato. De que vale consolar um pobre, se tu fazes outros cem?". São Gregório de Nissa, "*Sermão contra os Usurários*". (Apud FREIRE, 2005, p. 33)

realidade é produzida. Para ele, conhecer a gênese, o processo de constituição pelas mediações contraditórias é conhecer o real. Hegel não vê a história como simples justaposição de fatos acontecidos no tempo, mas como um verdadeiro engendramento, um processo cujo motor interno é a contradição. Isto aplicado ao jornalismo, por exemplo, significa dizer que a informação inicial (*tese*), deve ser negada pela indagação crítica (*antítese*) para, numa etapa seguinte, ser confirmada -- ou não -- com a negação da negação (*síntese*). São as três etapas da dialética.

O pensamento sistêmico nos conduzirá, então, ao mundo complexo que precisa ser reconhecido e decifrado para ser entendido. A integração consistirá, assim, no estudo das partes em busca da compreensão do todo.

Em muitas situações, o meio ambiente, na riqueza de suas diversidades e contradições, pode ser o denominador comum, isto é, o ponto de confluência de fundamentais aspirações humanas na solução de conflitos e na busca da paz, síntese da experiência do homem que quer a felicidade. Como construir a paz a partir da integração e da cooperação com o meio ambiente?

Integração no Meio Ambiente

Cultivar a paz, através do meio ambiente, é uma possibilidade perfeitamente coerente. No conturbado mundo atual há vários exemplos de situações em que antigos desentendimentos

entre as nações são colocados de lado enquanto todos somam esforços para solucionar problemas comuns ligados ao meio ambiente. Deste mesmo modo é possível supor que, mais cedo ou mais tarde, o empenho para superar ou solucionar os problemas diretamente ligados à sobrevivência da vida sobre o planeta unirá todas as nações, governos, sociedades, partidos, etnias etc., fazendo pela paz o que tantas outras pregações não conseguiram fazer em milhares de anos: integrar o ser humano no mutirão comum da solidariedade, da cooperação e da paz na construção de outra sociedade, de outro mundo, de outro modo de viver neste planeta azul.

Quando um país em guerra faz uma trégua para assistir a uma partida de futebol, percebemos que o ser humano sente a necessidade de dar uma chance à paz. Por outro lado, quando assistimos ao filme *"Senhor das Armas"*, de Andrew Niccol, percebemos que a paz não acontece, exatamente, porque a mesma guerra que é morte e destruição para tantas vidas inocentes, é razão de vida, de emprego, de lucros fantásticos, de vantagens para outras pessoas, em número bem menor, comprovando que vida e morte, morte e vida também são partes do nosso sistema. Seria preciso expor, então, criticamente, a denúncia contra o egoísmo dos que constroem a própria vida sobre a morte, a sua felicidade sobre a infelicidade, como faz, de resto, a lógica perversa do próprio capitalismo, através da acumulação. Para superarmos o derrotismo que muitas vezes insiste em nos levar ao desânimo diante de um mundo tão injusto, vejamos alguns exemplos recentes em que a

tolerância supera todo o ódio. Antes, algumas resoluções da ONU a respeito:

Em abril de 2001, o Conselho de Assuntos Gerais da União Européia apresentou sua estratégia de integração ambiental sobre a questão de meio ambiente e segurança e a contribuição do desenvolvimento sustentável à segurança regional. Tal estratégia foi adotada em março de 2002 e está em pleno vigor desde a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável da União Européia, realizada naquele ano. Também em 2002, o secretário-geral da ONU, Koffi Annan, solicitou uma melhor integração das contribuições ambientais a conflitos e instabilidades, na estratégia da organização sobre prevenção de conflitos e nas deliberações do seu Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças. Em 2004, o Plano de Ação Federal sobre Prevenção de Crise Civil, Resolução de Conflito e Consolidação da Paz Pós-conflito identificou o desenvolvimento sustentável e a cooperação ambiental transfronteiriça como fatores decisivos para a promoção da paz e da estabilidade.⁴

Com o objetivo de identificar, mapear e responder a situações onde problemas ambientais ameaçam gerar tensões ou ofereçam oportunidades para sinergias cooperativas entre comunidades, países ou regiões, foi criada, no outono de 2002, a ENVSEC (sigla em inglês da Iniciativa para o Meio Ambiente e

⁴ Cf. artigo de Ken Conca, Alexander Carins e Geoffrey D. Dabelko publicado no "Relatório do Mundo – 2005", disponível em www.worldwatchinstitute.org.br. Acessado em 19.10.2005, p. 170.

Segurança) uma parceria entre a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), PNUMA e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Alguns exemplos:

* Na primavera de 2004 velhos inimigos reuniram-se, pela primeira vez, para discutir conjuntamente o compartilhamento dos pântanos da Mesopotâmia, depois que um dos principais projetos do regime de Saddam Hussein – drenagem dos pântanos e a construção de canais artificiais – arruinou algumas das mais ricas áreas de biodiversidade do Iraque, onde a poluição hídrica, causada principalmente pela indústria petrolífera, está afetando não somente os rios Eufrates e Tigre, mas toda a região do Golfo Pérsico. Outro problema para a população iraquiana é a poluição tóxica resultante do uso de armas de urânio enfaquecido durante a Guerra do Golfo em 1991 e na Guerra do Iraque em 2003, conforme avaliação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

* Em 1999, nos Balcãs, enquanto as instalações industriais alvejadas em Kosovo, Sérvia e Montenegro ainda ardiam, as equipes do PNUMA realizaram a primeira "avaliação ambiental pós-conflito", concluindo que o rio Danúbio estava ameaçado por mais de 60 produtos químicos diferentes, incluindo mercúrio, por causa da guerra. Isto levou a comunidade internacional, pela primeira vez, a incluir a limpeza do meio ambiente na sua ajuda humanitária pós-conflito, como tem ocorrido na Libéria, em territórios palestinos ocupados, no Afeganistão e no Iraque. Tais iniciativas revelam que a gestão de problemas comuns pode desenvolver confiança entre países anteriormente hostis.

* Apesar dos interesses conflitantes, os governos do sul do Cáucaso (Armênia, Geórgia e Azerbaijão), região que faz uma ponte entre Ásia e Europa, com perigo constante de violência relacionada com conflitos de identidade herdados do colapso da União Soviética, reconhecem que alguns desafios ambientais exigem ação conjunta, como no caso da gestão da bacia do rio Kura-Araks.

* O Mar de Aral é um exemplo dos desafios de paz efetiva através de cooperação ambiental. Quando a União Soviética entrou em colapso em 1991, o que havia sido o maior corpo d'água interiorano, em 1960, era apenas uma sombra do seu passado. Com seus rios tributários represados e desviados para programas de irrigação, o nível do Mar de Aral caiu cerca de 15 metros, foi dividido ao meio, a salinidade triplicou, o volume de água diminuiu em dois terços. Uma crise socioeconômica se abateu entre os novos estados independentes da Ásia Central. Mas, com ajuda do Banco Mundial, os países situados em torno do Mar de Aral organizaram uma estrutura cooperativa para responder à crise, superando suas divergências políticas regionais.

* Uma tentativa semelhante está sendo feita na Cashemira, alvo de uma disputa acirrada entre Índia e Paquistão, desde a descolonização britânica e o fim da II Guerra Mundial. Conservacionistas internacionais estão agindo para a implantação de um "parque da paz" nas montanhas Karakoram, entre os dois países, na extremidade ocidental do Himalaia, a ser administrado conjuntamente, o que, considerando os períodos de cessar-fogo e o recente esfriamento de tensões, pode ajudar na transformação do conflito, segundo observadores internacionais.

* Muitas organizações civis e grupos locais no México e EUA, que se opõem ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (ALCA), estão envolvidos em esforços conjuntos de proteção ambiental ao longo e através da fronteira.

* Apesar das batalhas diárias nas ruas da Margem Ocidental e na Faixa de Gaza, os palestinos e israelenses continuam a se reunir informalmente para administrar aspectos de seus recursos hídricos compartilhados.

* Muitos brasileiros vêem como suspeita a caracterização da Amazônia como "pulmão da Terra", por parte dos países do Hemisfério Norte, considerando-a como parte de uma campanha de "internacionalização" da floresta e obstrução do desenvolvimento. Assim, acredita-se, entre os conservadores ecológicos, que focar a paz e não a segurança poderá ser mais positivo quando a intenção é prevenir conflitos ao invés de estimulá-los.⁵

Mas os defensores da paz não podem ser ingênuos. É preciso analisar criticamente as situações dadas que podem camuflar outros interesses. Por exemplo, o interesse militar dos Estados Unidos nos campos devastadoramente desnudos do Haiti poderia estar fundamentado num desejo de barrar ondas de refugiados haitianos ao invés de buscar formas de lidar com a pobreza sistêmica ou de reverter a degradação de recursos naturais vitais. Ocorre o mesmo em países europeus que investem, neste momento, em programas sociais e educacionais em território africano visando muito mais a contenção das ondas migratórias.

⁵ id. *ibid.*, p. 165 -183.

O que pensar, então, da construção de bases militares americanas providas de pistas de pouso para aviões de grande porte em países situados em torno da floresta amazônica? O que pensar dos milhões de dólares destinados ao Plano Colômbia com a justificativa de que aquele país produz 90% da cocaína traficada nos EUA?

O fato é que pensar a integração é pensá-la de modo abrangente, do mesmo modo que apurar uma notícia é pensar o contexto, as situações em que ela é produzida, é verificar causas e conseqüências.

Entretanto devemos saber que não estamos sozinhos em nossos esforços de paz mundial através da integração com o meio ambiente. Se há tantas pessoas buscando a cooperação e a integração, em todo o mundo, mesmo nas regiões de conflito, porque nós, através de nossas profissões (estudantes, jornalistas e professores), de nossa atuação na sociedade, não poderíamos dar a nossa colaboração, modesta que fosse, seja no jornalismo ou na educação?

Integração na Educação

Educação Formal: Universidade

A primeira definição internacional da educação ambiental foi adotada pela International Union for the Conservation of Nature (IUCN,1971) que enfatizou os aspectos ecológicos da conservação. Basicamente a educação ambiental estava relacionada à conservação da biodiversidade e dos sistemas de vida. A conferência de Estocolmo (1972) ampliou sua definição a outras esferas do conhecimento e, finalmente, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi⁶ (1977), internacionalmente mais aceita, definiu que:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio ambiente, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisão e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (SATO, 2003, p. 23.)

Ao definirem os objetivos da educação ambiental, alguns autores têm se baseado na taxionomia de objetivos educacionais de Benjamin S. Bloom (1974), entre eles Smyth (apud SATO, 2003), para o qual tais objetivos envolvem:

Sensibilização Ambiental – Processo de alerta, considerado como primeiro objetivo para alcançar o pensamento sistêmico da educação ambiental.

⁶ Capital da Geórgia, no Sudoeste da Rússia, às margens do rio Kura.

Compreensão Ambiental – Conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem o sistema natural.

Responsabilidade Ambiental – Reconhecimento do ser humano como principal protagonista para determinar e garantir a manutenção do planeta.

Competência Ambiental – Capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema (ambiental).

Cidadania Ambiental – Capacidade de participar ativamente, resgatando os direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade.

Nas Universidades – conforme a Recomendação n. 13 da Conferência de Tbilisi (1977) – a educação ambiental deve romper com os modelos tradicionais de ensino, encorajando a aceitação da interdisciplinaridade na solução dos problemas ambientais em todas as áreas de conhecimento – tanto nas ciências da educação, nas ciências sociais ou nas ciências naturais. É recomendável desenvolver materiais pedagógicos locais estabelecendo vinculação direta com a realidade regional. Outra recomendação é o estabelecimento de cooperações locais, nacionais e internacionais no sentido de promover capacitação humana e troca de experiências tendo em vista a característica eminentemente sistêmica da questão ambiental que atinge todo o mundo.

A importância do ensino da educação ambiental nas Universidades voltou a ser discutida no Seminário Regional de Educação Ambiental em Budapeste, Hungria, em 1983, quando foram discutidos os seguintes tópicos:

- a) Definir os conceitos da educação ambiental nas universidades considerando os aspectos culturais e naturais do planeta.
- b) Focalizar atenções para os trabalhos de campo, em níveis local e global.
- c) Definir os conteúdos da educação ambiental.
- d) Promover a interdisciplinaridade e estabelecer normas para a implementação da educação ambiental numa perspectiva supradepartamental.
- e) Estabelecer programas de pós-graduação compatíveis com os programas das graduações.

As áreas de concentração, nos programas de educação ambiental, geralmente estão contempladas no Relatório Brundtland (1987), enfatizando a importância da sustentabilidade ecológica, em níveis regional e internacional, por meio de gerenciamento ambiental adequado, reforçando ainda a importância das pesquisas interdisciplinares que conduzem às ações participativas para as tomadas de decisões em relação às mudanças ambientais – especialmente climáticas – ocorridas no planeta. (SATO, 2003, p.39) Tais áreas de concentração estão assim distribuídas na maioria dos programas:

- Valores Humanos Universais e Responsabilidades Globais.
- Economia e Desenvolvimento Sustentável.
- Sistemas Globais de Vida.
- Ciência e Tecnologia.
- Dinâmica Populacional e Riquezas Humanas.

As estratégias previstas pela Conferência de Tbilisi (1977) para a educação ambiental nas Universidades consideram que as

universidades são centros de pesquisas, ensino e qualificação humana para as nações, devendo, portanto, estabelecer Programas de Educação Ambiental, em seus aspectos formais e não-formais. A proposta de ensino deve ser a capacitação profissional no sentido de aplicar seus conhecimentos para reduzir os problemas ambientais do mundo contemporâneo. Os alunos devem ser familiarizados com os problemas ambientais complexos, sempre na perspectiva interdisciplinar. O professor deve conduzi-los ao diálogo e à verificação da relação entre os diversos componentes do currículo. Assim, é preciso romper com o enclausuramento dos departamentos e com o pensamento cartesiano que conduzem os profissionais às pequenas esferas de suas especializações. (SATO, 2003)

Além de seminários e palestras, a estratégia inclui a produção de materiais locais baseados nos problemas ambientais do entorno relacionados com a conservação da biodiversidade e com o desenvolvimento das sociedades humanas, é estimulada a integração com os níveis do ensino de primeiro e segundo graus, devendo a universidade estar equipada com materiais educacionais apropriados, utilizando metodologias atuais que promovam a percepção e a sensibilização dos problemas ambientais.

Especificamente no ensino de jornalismo há excelentes exemplos de sucesso baseados na integração da universidade com os demais níveis de ensino. Tomemos o caso do "Projeto São Paulo de Perfil" nascido da tese de doutoramento da professora Cremilda Medina na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em 1986, que envolve a publicação regular de

livros-reportagem contendo narrativas da contemporaneidade sobre São Paulo, desde 1987. Em 2003 o projeto publicou seu 25º dos livros, sempre escritos pelos alunos de jornalismo da professora Medina (diplomada em Letras e em Jornalismo, ao mesmo tempo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1970). A indagação básica de cada livro, ambientado no caos urbano e nas tribos que habitam São Paulo, é: *"Quem são os anônimos que fazem o cotidiano da cidade-síntese do país?"* Deixemos que a própria professora Medina explique:

O projeto se funda nos objetivos assentados no tripé ensino, pesquisa e extensão, não se podendo desvincular nenhuma das três finalidades. Essa, a vocação plena de uma universidade. [...] No laboratório de formação de novos jornalistas, na pesquisa de uma linguagem dialógica (desenvolvida também com grupos interdisciplinares de jovens ou de alunos da terceira idade) e na recepção ativa dos leitores externos à universidade se acumulam preciosos subsídios para a narrativa que se reporta à realidade contemporânea. (MEDINA, 2003, p. 33).

Seduzida – desde o Segundo Grau, que concluiu em 1967 – pela pesquisa do diálogo social, Medina elegeu como prioridade, no exercício do jornalismo, a prática do repórter como um mediador social dos discursos da atualidade. Hoje, com todo o saber acumulado, a professora observa que os alunos chegam à sua disciplina de Narrativas da Contemporaneidade, na ECA-USP, com "certas atrofias que impedem a criatividade". E esclarece:

A formação técnica do jornalista se sintoniza com o histórico da escolaridade que, por sua vez, reflete a visão de mundo corrente na cultura ocidental, filha das Luzes: usamos, no dia-a-dia, uma racionalidade esquemática que não se alimenta da intuição criativa e, por isso, nos contentamos com a rotina. [...] A oficina pedagógica provoca a ressensibilização do hemisfério direito [do cérebro], ou as intuições sintéticas e, em consequência, a aceleração de ações criativas, organizadas, aí sim, pela inteligência lógico-analítica. [...] Trata-se de humanizar as fórmulas que constituem as técnicas da inércia profissional, na vitalidade do cotidiano anônimo. A pedagogia do novo jornalismo recupera o prazer e o desejo solidário de descobrir pessoas anônimas, [...] refletindo uma marca autoral inovadora. A experiência, no entanto, não se inscreve no experimentalismo gratuito ou sedento de modismos. (MEDINA, 2003, p. 34).

Em 1994, em entrevista ao jornal **Unidade**, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Cremilda Medina explicou que *"no projeto de formação de jornalistas [...] tem sido cada vez mais oportuno enfrentar a complexidade ao mesmo tempo ética, técnica e estética"*. Segundo ela,

o avanço da cidadania, as conquistas democráticas ou as lutas da sobrevivência se refletem na história do jornalismo, que põe em evidência os impasses morais. Por outro lado, a tradição profissional acumula, para além das facilidades tecnológicas, os desafios técnicos. E as assinaturas autorais mostram o significado social quando inovam na estética da narrativa.(2003, p. 35).

Na origem, em 1987, a série “São Paulo de Perfil” não tinha uma pauta definida. Os alunos do terceiro ano de jornalismo se envolviam com a re-humanização das pautas, a reportagem de aprofundamento, a busca de identidade cultural, a compreensão do cotidiano, dos tempos e dos espaços da atualidade brasileira, paulistana e paulista. O final do semestre culminaria com um produto coletivo, um livro-reportagem monotemático.

A partir de 1989 o projeto passou a interagir com alunos da segunda série do segundo grau de uma escola pública da Zona Leste de São Paulo (o Colégio São Vicente de Paula, na Penha). Os estudantes de jornalismo levaram três livros-reportagem produzidos pelos colegas dos anos anteriores para que os estudantes do segundo grau, divididos em grupos, lessem, um por grupo, para depois fazerem comentários por escrito que depois seriam analisados na universidade. O curioso é que os grupos decidiram ler não apenas um, mas os três livros. Depois, nos comentários, revelaram três aspectos muito fortes:

1) *A sedução da linguagem e dos temas* – muitos deles destacaram sérias desavenças, em suas histórias escolares, com a leitura de clássicos, de obras recomendadas pelos professores. Jornais e revistas, achavam chatos. Mas os livros da coleção eram, para eles, rápidos de ler, bonitos e diferentes. 2) *A solidariedade de um olhar carinhoso* – jovens da classe média, moradores de um bairro periférico, eles estavam na incômoda proximidade da pobreza sem serem pobres. Uma posição muito propícia ao desenvolvimento de preconceitos. O choque de ver o outro – o nordestino, o morador de rua, o estudante com militância acadêmico-partidária – tratado com carinho foi uma iluminação para aqueles jovens. 3) *A desmontagem da moral da*

história – mergulhados nos textos os nossos jovens rapidamente captaram uma diferença: não havia moral da história – tão comum em livros didáticos. Eles estranharam que nem sempre os finais eram "justos", que os personagens sentiam as dores do acaso, que o grande imponderável dos sonhos e dos desejos não era suscetível à lógica. Desmontaram, ou começaram a desmontar, a mentalidade de simplificação humana. (MEDINA, 2003, p. 39).¹⁶

A partir de 1989, além da institucionalização do projeto na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o “São Paulo de Perfil” também foi estendido ao Programa da Terceira Idade da USP. Conta a professora Medina que esperava das pessoas mais maduras – impropriamente chamadas de terceira idade, segundo ela observa – o aporte de histórias vividas, um repertório de informações, mas a grande descoberta foi *"a ação, o movimento dialógico e, ao mesmo tempo, a disposição dos idosos para se encontrarem com pessoas desconhecidas"*, enquanto os jovens da graduação revelam *"certa preguiça para ir ao mundo exterior, ao mundo do outro. A juventude está quase sempre imersa na insegurança pessoal e os adultos vivem encarcerados na afirmação do seu poder. Os colegas mais experientes, sábios e cuidadosos, lançam-se à vida. Não alienam o presente que ainda pode ser tecido"*.

Em 1994 o convênio entre a ECA-USP e a Secretaria de Educação de São Paulo levou o projeto São Paulo de Perfil à EEPSG

¹⁶ Depoimento de Elen Geraldine, hoje doutora em Sociologia, como ex-bolsista do Projeto São Paulo de Perfil em 1994. In: MEDINA, 2003, p. 39.

"Henfil", na área da 16ª Delegacia de Ensino de São Paulo. A bolsista de iniciação científica do projeto, Patrícia Patrício, jornalista, mestre em Ciências da Comunicação, conta como foi:

O professor de sociologia trabalhou com os alunos [o livro] *"A Escola do Outono"*, sobre educação, e aprendeu com a leitura: "Há informações ali que nem os professores têm acesso". No segundo semestre de 2004, o professor Cido quis desenvolver um trabalho sobre religiões e *"Guia das Almas"*, o 13º livro da série, foi utilizado como estímulo à pesquisa e fonte de consulta. Os alunos no princípio desanimam diante de volumes grossos, de mais de duzentas páginas [...] Tanto professores como alunos da 16ª Delegacia de Ensino de São Paulo gostam e pedem as visitas dos jovens repórteres às escolas, como aconteceu na escola "Henfil". Ver quem faz e como se faz um livro desperta o interesse dos alunos. (MEDINA, 2003, p. 43).

Outra gaúcha de boa cepa, a professora Ilza Girardi Tourinho – uma referência na pesquisa sobre jornalismo ambiental dentro e fora do Brasil – desenvolve um projeto semelhante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde, em 2002, implantou o primeiro curso de pós graduação em Jornalismo Ambiental do país. Seus alunos de jornalismo vão às escolas de primeiro e segundo grau, onde incentivam os "guris" a produzirem qualquer tipo de mensagem sobre o meio ambiente. O material é analisado na Universidade e depois os futuros jornalistas voltam à escola para comentá-los com os pequenos estudantes e também com os adolescentes do Colegial. Os cursos da Profa. Ilza envolvem ampla

interação com as comunidades de Porto Alegre e entorno, focando as questões ambientais que mais interessam aos moradores. Há também dinâmicas de dança, audições musicais, promoções ligadas ao folclore e à cultura popular etc, conforme a professora revelou em palestra no I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, em Santos-SP (já citado).

Certamente existem inúmeros outros exemplos, no Brasil, em que a Universidade e a escola pública de primeiro e segundo grau integram esforços a serviço da educação ambiental permanente.

Educação Informal e Cidadania: Projeto Mesa Brasil

A educação permanente precisa estar presente no seio da sociedade. Há inúmeros exemplos de Organizações Não Governamentais e entidades afins, incluindo igrejas, associações, sindicatos etc, que desenvolvem projetos práticos sobre a preservação do meio ambiente e sobre o exercício da paz, da solidariedade, do respeito pelas diferenças, da aceitação do outro, incorporando uma visão crítica da sociedade e das causas dos fenômenos sociais.

Não seria possível citar aqui todos esses exemplos. Escolhemos um para simbolizar os demais: O “Projeto Mesa Brasil”, por seu caráter de permanência, pela preocupação em educar e pelo nível de organização (porque a seriedade é fundamental quando se

busca a integração social pela solidariedade, pelo voluntariado, pela doação etc).

Em junho de 1993, com o slogan "a fome não pode esperar", o sociólogo Herbert de Souza, Betinho,¹⁸ lançou, no Rio de Janeiro, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Segundo o IBOPE, 30 milhões de pessoas participaram da ação comunitária realizada pelos comitês em todo o Brasil. A ação de Betinho foi uma resposta concreta e solidária contra o "Mapa da Fome" divulgado naquele ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, segundo o qual o Brasil tinha 32 milhões de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza, sob ameaça constante da fome, enquanto o país perdia, então, o equivalente a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) com os alimentos que deixavam de ser aproveitados em toda a cadeia produtiva.¹⁹ Em novembro daquele

¹⁸ Betinho morreu no dia 9 de agosto de 1997, aos 61 anos. O Brasil dos excluídos chorou a sua perda. Mineiro de Bocaiúva era o terceiro de oito irmãos, entre eles o cartunista Henfil. Estudou sociologia e administração pública e abraçou todas as causas que envolviam algum tipo de transformação social. Nos anos 1960 militou no movimento estudantil contra a ditadura. No início dos anos 1970 partiu para o exílio. Viveu no Chile, Panamá, Canadá e México. Seu nome era um símbolo do movimento pela redemocratização do Brasil e pela anistia. Em 1979 voltou. Em 1981 fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Foi uma das lideranças do Movimento pela Ética na Política que culminou com o *impeachment* de Collor, em 1992. Um ano depois veio a Campanha contra a Fome. Em 1996, Betinho inspirou o enredo da Escola de Samba Império Serrano, no Rio de Janeiro, com o tema "Verás que um filho teu não foge à luta". (MEDINA, 2003, p.49).

¹⁹ O prejuízo do Brasil com o desperdício alcança um valor astronômico: ultrapassa R\$ 12 bilhões por ano, soma que daria para alimentar, anualmente, com cestas básicas mensais no valor de um salário mínimo, 8 milhões de famílias carentes. Outro número espantoso de desperdício: a Associação Paulista de Supermercados

ano o Serviço Social do Comércio – SESC, deu sua contribuição à campanha promovendo no SESC-Interlagos a Vigília Musical Contra a Fome, com artistas famosos revezando-se no palco durante 24 horas de boa música. A partir daí o SESC-SP resolveu adotar uma atividade permanente e empresarial voltada para a cidadania. Nascia, em outubro de 1994, o "Projeto Mesa São Paulo – Ação contra a Fome e o Desperdício pela Qualidade de Vida" que, em 2002, já funcionando em 43 unidades do SESC, nos vários Estados, com apoio de ampla rede de parceiros e voluntários, recebeu o nome de Mesa Brasil.

Para modelar o projeto, o SESC enviou um diretor regional a Nova York, em 1994, para conhecer o *City Harvest*, que é a "colheita urbana", o qual participou, em seguida, de um concorrido congresso na cidade de Atlanta, que reuniu centenas de programas de combate à fome daquele país.²⁰ O SESC também se inspirou nos bancos de

(APAS, 1999) identificou uma perda da ordem de 23% na produção nacional de hortifrutícolas. São aproximadamente 13 milhões de toneladas de legumes, verduras e frutas que não chegam aos consumidores. Enquanto isto, mais de três milhões de crianças brasileiras com até 6 anos de idade sofrem por falta de alimentação adequada. Segundo dados da Pastoral da Criança (1999), a média nacional de desnutridos nessa faixa etária é de 16%. O relatório *Situação Mundial da Infância 1998*, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, aponta mais de 200 milhões de menores de 5 anos atingidos pelo problema nos países em desenvolvimento. A desnutrição também é responsável por mais da metade de quase 12 milhões de mortes anuais de crianças nessa faixa etária. (Cf. JUNQUEIRA, 1995, p. 12).

²⁰ A fome também ameaça a nação mais desenvolvida do mundo. Durante o simpósio "*O Desafio Social da Fome*", realizado em 1995, em Nova York, a representante da organização norte-americana *Foodchain*, Heather Dennis Parsons, revelou que 15% da população dos Estados Unidos passava fome, incluindo 12

alimentos que surgiram nos EUA por ocasião da Grande Depressão causada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929.²¹ O modelo principal foi o Banco de Alimentos de Lisboa, baseado no modelo francês, que aceita doações de todos os tipos e tem sua estrutura formada basicamente pelo trabalho voluntário. Os alimentos são distribuídos a instituições que fornecem refeições gratuitas ou doam alimentos em cestas básicas. Programas como o "Mesa São Paulo" ajudam o Brasil²² a atender ao compromisso firmado na Cúpula Mundial da Alimentação promovida pela FAO em Roma, de 13 a 17 de novembro de 1996. Chefes de Estado de 186 países comprometeram-se a reduzir pela metade, até 2015, a quantidade de pessoas famintas no mundo: cerca de 800 milhões de pessoas. O programa foi reconhecido pelo governo brasileiro como importante

milhões de crianças, enquanto 18 mil toneladas de alimentos perecíveis, ainda em bom estado, eram jogados no lixo todo dia. (Cf. MESA, 1999, p. 52).

²¹ Os bancos de alimentos funcionam como centros de distribuição de alimentos e de produtos secos e molhados. São grandes armazéns, equipados com câmaras frigoríficas, empilhadeiras e veículos refrigerados para conservar melhor os alimentos. Contam com suporte administrativo informatizado e muito bem estruturado. Ali são estocadas as grandes doações feitas por empresas do ramo alimentício de todo o país. Por meio da *Second Harvest* – com sede em Chicago, congregando 188 bancos de alimentos – são distribuídas 454 mil toneladas de alimentos, anualmente. Hoje os bancos de alimentos são organizações presentes em vários países, como Bélgica, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Israel, Itália, México, Polônia, Portugal, República Tcheca, Rússia etc. (Cf. MESA, 1999, p. 54).

²² São vários os motivos da fome. O principal é a falta de oportunidades diante do profundo abismo existente entre ricos e pobres, especialmente no Brasil. No Relatório de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o país aparece como campeão em concentração de renda: os 20% mais ricos ganham 32 vezes mais que os 20% mais pobres. Cerca de 26 milhões de brasileiros – 15,8% da população – não têm acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos.

contribuição ao Programa Fome Zero implantado pelo Governo Lula. Nas unidades do SESC em todo o Brasil o projeto funciona com seis atividades consideradas tradicionais: *Captação de doadores de alimentos; seleção das instituições que recebem os alimentos; Controle de Qualidade e Armazenamento dos produtos; Seleção de Voluntários; Imagem do Programa; Contabilidade.* Diariamente um furgão e um caminhão com o logotipo do “Mesa São Paulo” percorre um trajeto pré-estabelecido – de 150 a 200 km/dia cada veículo – retirando e entregando alimentos doados. Cada passo é monitorado e todas as operações são documentadas com recibos específicos emitidos pelo programa para os doadores e para as instituições receptoras. As atividades da Colheita Urbana na capital paulista começam às 6h e só terminam às 19h, de segunda a sábado. A idéia principal do projeto é fazer a ligação entre quem pode dar e quem precisa receber. Mas, do mesmo modo como somente são aceitos produtos em condições de consumo e higiene, também se exige a contrapartida da educação cidadã para as entidades cadastradas, como asilos, albergues, creches, orfanatos, centro de juventude, casas de convivência etc. Permanentemente há cursos de treinamento e distribuição de cartilhas que ensinam o aproveitamento integral dos alimentos, as noções de higiene, o consumo sustentável, a preservação do meio ambiente etc. O voluntariado presente no projeto envolve tanto profissionais liberais – como médicos, sanitaristas, microbiologistas, contadores etc – como motoristas, ajudantes, carregadores etc. Em todo o país o

programa oferece estágios aos universitários de Serviço Social e cursos afins.

Em 2004, o programa, com sede na Unidade Carmo do SESC-São Paulo, comemorou 10 anos de pleno sucesso graças ao apoio solidário que tem recebido dos empresários, comerciantes, voluntários e da sociedade em geral, inclusive da mídia. Em 2003, o “Mesa São Paulo” contava com 108 empresas doadoras e 135 instituições receptoras, movimentando 72 toneladas de alimentos e 288 mil refeições mensalmente. Uma nutricionista percorre permanentemente as instituições receptoras para verificar as condições de manipulação dos alimentos.

As "situações educativas" criadas pelo programa funcionam quase como armadilhas, segundo explica a bióloga e educadora Maria Alice Oieno de Oliveira, gerente adjunta de Programas Sócio-Educativos do SESC-São Paulo:

É próprio de nossa estratégia educativa criar situações em que as pessoas de repente se vêem capturadas e acabam se dando conta de alguma coisa importante. [...] Só o fato de o SESC ter desenvolvido um modelo próprio vinculando a fome ao desperdício pode ser considerado um aspecto educativo do programa. [Afinal] de um lado temos 35% da população brasileira vivendo abaixo da linha da pobreza, de outro as estatísticas dão conta de 40% de desperdício de alimentos. Os números falam por si. Esse contraste é bastante educativo. Ao mesmo tempo, aprendemos que o nosso modelo econômico gera ambas as coisas – todo esse desperdício e toda essa exclusão (MESA, 2004, p. 129).

Integração na Comunicação

O Ministério do Meio Ambiente

O Brasil demorou a ter um órgão máximo como o Ministério do Meio Ambiente para coordenar a política ambiental, pois em vários países tal providência foi tomada a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972²⁴ No ano seguinte à Conferência, o governo militar criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente-SEMA,²⁵ vinculada ao Ministério do Interior e mais voltada ao combate à poluição ambiental. O gesto teria tido, segundo observadores, o objetivo de amenizar a posição "negativa" que o Brasil deixara em Estocolmo perante os demais países,²⁶ tanto assim que a SEMA,

²⁴ Na verdade o Brasil revelou uma posição equivocada na Conferência de Estocolmo. Preocupada com a política de "soberania nacional", a delegação brasileira defendeu a tese do desenvolvimento a qualquer custo, considerando que só o crescimento econômico levaria o país a alcançar um nível mínimo satisfatório para atender às necessidades sociais da população. Tal retórica, amplamente utilizada pela ditadura militar (o "crescimento do bolo") foi duramente criticada pela oposição. Na ocasião o Brasil perdeu a oportunidade de emergir como legítimo portador dos interesses do terceiro mundo não fosse a vinculação do tema ambiental com o crescimento econômico. Cf. GUIMARÃES, R. P. *"The ecopolitics of development in the Third World: politics & environmen in Brazil"*. London: Lynne Rienner Publishers, 1991, citado por SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 70.

²⁵ Cf. Decreto n. 73.030, de 30 de outubro de 1973.

²⁶ Cf. MONOSOWSKI, E. *Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil*. Cadernos FUNDAP – Planejamento e Gerenciamento Ambiental, 1989. Citado por SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 73.

com quadro técnico e orçamento insuficientes, nunca exerceu qualquer influência na formulação de políticas de planejamento ambiental, pois as decisões que afetassem as atividades industriais de base, consideradas "de interesse da segurança nacional" eram centralizadas na Presidência da República (cf. SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 73). Só em 1983, já com o movimento ambientalista em franca atividade no país e cobrando providências a favor da preservação ambiental, é que o Decreto n. 83.351/83 veio regulamentar a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, instalando-se, assim, a Política Nacional de Meio Ambiente, através da qual foram criados o Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA²⁸ e o Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA. A Lei Ambiental também concedeu legitimação ao Ministério Público²⁹ para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente. Em 1988 a questão ambiental entrou na Constituição Brasileira: *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras*

²⁸ A Resolução CONAMA 001/86 estabeleceu as diretrizes básicas para a elaboração de estudos de impacto ambiental representando um importante avanço na política ambiental brasileira. Essa Resolução exige dois relatórios do empreender público ou privado: o Estudo de Impacto Ambiental-EIA e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente -RIMA.

²⁹ A função do Ministério Público é defender os interesses públicos perante o Poder Judiciário. Também pode ser encarregado de defender o Poder executivo. Sua origem remonta ao antigo direito francês, de 1302, mas sua forma atual só foi fixada depois da Revolução Francesa. Cf. **Enciclopédia Tudo**, [s.d.], p. 880.

gerações"³⁰, o que pode ser considerado mais uma vitória do movimento ambientalista que desde 1984 vinha organizando eventos, em todo o país, mobilizando a sociedade em preparação à Constituinte, destacando-se o I Encontro Nacional de Entidades Ambientistas Autônomas, em Belo Horizonte, em maio de 1986, com a proposta de "ecologizar a Constituinte". Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA³¹, que fundiu, em sua estrutura, a SEMA, IBDF, SUDEPE e SUDHEVEA. No mesmo ano, foi criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA.³² Em janeiro de 1990 foi criado o Programa Nacional de Meio Ambiente-PNMA,³³ encerrando-se o Governo Sarney com saldo positivo para a política ambiental do

³⁰ Cap. VI, art. 225.

³¹ O IBAMA foi criado pela Lei n. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com o objetivo de coordenar, no plano federal, a política nacional de meio ambiente, aplicar a legislação em vigor e atuar, em caráter supletivo, nos estados onde os órgãos ambientais não estivessem cumprindo suas funções. O IBAMA também tem a função de atuar como secretaria executiva do CONAMA. (Cf. SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 92 – 93)

³² Criado pela Lei n. 7.797, de 10 de julho de 1989, o FNMA tem como objetivo desenvolver projetos que visem ao uso sustentável dos recursos naturais, de modo a garantir a melhoria ou recuperação da qualidade de vida no país. Assim, está voltado, prioritariamente, para as unidades de conservação; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental; manejo florestal; desenvolvimento institucional e controle ambiental. (Cf. SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 94)

³³ Os objetivos básicos do PNMA são o desenvolvimento e fortalecimento das instituições ambientais como o IBAMA e os órgãos vinculados ao SISNAMA, a melhoria e preservação das unidades de conservação já existentes e a criação de novas unidades representativas dos principais ecossistemas do país, o gerenciamento e fiscalização de ecossistemas ameaçados como o Pantanal, Mata Atlântica e Zona Costeira. (Cf. SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 95)

país. Em março do mesmo ano assumiu Collor de Mello, que não tinha uma política ambiental e estava interessado em usar a questão apenas para projetar no exterior uma falsa imagem de preocupação com o tema, tratado a partir de uma perspectiva neoliberal,³⁴ de olho na projeção internacional que a Conferência do Rio traria em 1992. Criou a Secretaria Nacional do Meio Ambiente, mas vinculou-a à Presidência da República, embora com *status* ministerial. Agradou e surpreendeu os ambientalistas convidando José Lutzenberger para presidi-la. Mas logo surgiram desavenças porque o próprio ministro passou a denunciar a falta de uma política ambiental no país, além de denunciar a corrupção no IBAMA. A visão holística de Lutzenberger sobre os problemas da Amazônia, por exemplo, despertou a fúria dos militares que o acusaram de tentar "internacionalizar" a região. No final Lutzenberger falava muito mais por conta própria que em nome do governo. Collor não resistiu à pressão dos conservadores – com os quais seu governo de fato se alinhava – e demitiu o ministro, em março de 1992, a dois meses da Eco-92,³⁵ chamando para substituí-lo o então Ministro da Educação, José Goldemberg, na verdade defensor da energia

³⁴ Em linhas gerais, o ideário neoliberal funda-se no pressuposto do Estado mínimo, privilegia a iniciativa privada, a livre concorrência e as leis de mercado; mercantiliza as relações sociais. Em suma, reduz o social ao econômico. [...] Nos países em desenvolvimento, cujas políticas sociais não foram capazes de garantir um desenvolvimento econômico e social mínimo, o neoliberalismo está atrelado à política formulada pelos organismos internacionais, que têm exigido destes países, além da abertura de sua economia, a redução do tamanho do Estado. (Cf. SILVA-SÁNCHEZ, 2000, p. 99)

³⁵ Cf. **Folha de S. Paulo**, 22 mar. 1992, "Lutzenberger é demitido a dois meses da Eco-92", p. 3.

nuclear, ficando claro que o convite audacioso a Lutzenberger tivera apenas o propósito de fazer boa figura internacional em preparação à Conferência do Rio, no bojo de uma estratégia de imagem que o presidente chamava de "marketing verde". Em outubro Collor foi afastado do governo por *impeachment*. Seu vice, Itamar Franco, não fez grandes progressos. Nos dois governos seguintes, de Fernando Henrique Cardoso, a área ambiental também não apresentou grandes destaques. A própria mídia reduziu drasticamente a cobertura do noticiário sobre meio ambiente depois da Rio Eco-92, conforme já atestado em várias pesquisas acadêmicas. Com efeito, o programa "Avança Brasil", do governo FHC, estruturado em quinze frentes de atuação, desconsiderou a variável ambiental na fase de planejamento, por isto muitos dos projetos foram bloqueados na Justiça, causando perda de tempo e de dinheiro, conforme analistas da área ambiental.

Ao assumir, o presidente seguinte, Luis Inácio Lula da Silva – Lula, convidou para o MMA uma companheira de Chico Mendes nos seringais do Acre, a Senadora Marina Silva. Em que pese a boa vontade da ministra, o próprio governo tem sido obrigado a se curvar perante poderosos interesses internacionais, como no caso da soja transgênica,³⁶ defendida pelos grandes agricultores e

³⁶ "Para aprovar a plantação de transgênicos, o governo colocou no mesmo projeto de lei a aprovação de pesquisas científicas com células-tronco, mobilizando centenas de portadores de doenças graves, esperançosos de uma cura pela genética. O debate acabou sendo polarizado em torno das pesquisas com células-tronco, algo distinto de alimentos geneticamente modificados. A oposição à pesquisa com células-tronco estava limitada a alguns grupos religiosos, católicos e evangélicos,

também pelo Ministério da Agricultura. Por outro lado, apesar de tantas siglas, o MMA não consegue evitar o constrangimento internacional dos 25 mil quilômetros quadrados de desmatamento da Amazônia, anualmente. Se a situação não mudar, o desmatamento e as mudanças climáticas vão transformar a floresta amazônica em cerrado nas próximas décadas, segundo observou o climatologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, durante a 3ª Conferência Científica do LBA (sigla em inglês para Experimento em Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), realizada em julho de 2004, em Brasília, com a participação de 800 pesquisadores brasileiros, europeus e americanos. *"Não é possível que com toda a tecnologia não consigamos lidar com as questões ambientais"*, inconformou-se a ministra Marina Silva na palestra de abertura do evento.³⁷ Há

assim mesmo os mais radicais. [...] Com suas dimensões, o Brasil tem condições de abrigar transgênicos, convencionais e orgânicos em sua produção agrícola. Entretanto, assim como no nuclear, o governo não tem recursos para importar uma tecnologia mais as medidas de segurança que requer. No caso dos transgênicos, a incapacidade de rotular, segregar, transportar isoladamente, pode comprometer o objetivo de produzir outras modalidades de alimentos, pelo potencial de contaminação. Cf. GABEIRA, F. *"Política ambiental de Lula"*. Revista Eletrônica **Ambiente Brasil**, www.ambientebrasil.org.br Acesso em: 13 set. 2005.

³⁷ O organizador da Conferência e pesquisador da USP, Paulo Artaxo, disse, na ocasião do evento, que o Inventário Nacional de Emissão de Gases Poluentes preparado pelo governo brasileiro revela um dado considerado alarmante pelas autoridades e ambientalistas: mais de 75% da emissão de CO₂ no país, são provenientes das queimadas das florestas brasileiras e só 25% são consequência da queima de combustíveis nas cidades. [...] Do total de emissões de CO₂ no mundo, o Brasil só contribui com 3%, sendo que os EUA contribuem com 24%, a maior parte em consequência da queima de combustível. Cf. **Jornal da Cidade**, 28 jul. 2004, p. 20. Bauru – SP (Material distribuído pela Agência Folha).

esperanças de que o quadro se reverta, pois em agosto de 2004 o Brasil fechou com o Banco Mundial (BIRD) o maior programa de empréstimos já concedido pela instituição ao país: US\$1,2 bilhão a serem liberados em quatro anos, com prazo de 17 anos para amortização, a juros de 4,5% ao ano. Em teleconferência, durante o anúncio do programa, em 24 de agosto de 2004, com a presença dos ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Marina Silva (Meio Ambiente), o vice-presidente do Bird e diretor para o Brasil, Vinod Thomas, disse que a instituição fechou o programa em reconhecimento aos esforços do país na área ambiental. Acrescentou que *"os países não podem buscar só o crescimento econômico, têm de associar o desenvolvimento sustentado com a proteção ao meio ambiente"*.³⁸ Esta, como se vê, é uma visão diametralmente oposta à política ambiental dos militares, durante a Conferência de Estocolmo, e de Collor, por ocasião da Rio-92.

Outro constrangimento do governo atual na área ambiental é a falta de propostas para o saneamento básico nos grandes centros urbanos do país. As últimas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizadas em 5.500 municípios brasileiros, indicam que o problema foi considerado o mais grave de todos por 53% dos prefeitos. A hesitação diante do tema deriva também das contradições entre as diferentes correntes de governo. Há dúvidas se o serviço de saneamento deve ser particular ou

³⁸ Cf. Despacho da Agência Folha publicado no **Jornal da Cidade**, em 25 ago. 2004.

estatal.³⁹ No atual governo também houve retrocesso no debate do maior problema ecológico do planeta, as mudanças climáticas. Depois de importante papel nos debates que levaram ao Protocolo de Kyoto – quando a delegação brasileira conquistou aprovação internacional com a proposta de desenvolvimento limpo através do seqüestro de carbono da atmosfera, com a possibilidade de os países mais avançados reduzirem suas cotas de emissão, através de projetos nos países emergentes – o Brasil desfez sua equipe de negociadores ao invés de criar oportunidades para o mecanismo de desenvolvimento limpo que interessa a ambas às partes, pois de um lado os países emergentes se beneficiam de capitais para seus projetos, de outro os mais ricos reduziriam suas emissões a um preço menor por tonelada de CO₂, conforme analisa o deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde.

Apesar dos percalços, na atual administração é perceptível a preocupação com a educação ambiental e a conscientização da sociedade. Entidades vinculadas ao MMA, como a Rede Brasileira de Educação Ambiental-REBEA, a Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental-REBECA⁴⁰ etc, têm promovido

³⁹ "Cerca de 70% das doenças atendidas em hospitais brasileiros derivam de contaminação hídrica. A própria Organização Mundial de Saúde já advertiu o país de que cada dólar investido em saneamento público representa uma economia de quatro dólares nos gastos com saúde." Cf. GABEIRA, 2005, id. ibid.

⁴⁰ Criada durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em Goiânia, no dia 5 de novembro de 2004, a Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental-REBECA reúne instituições e profissionais da comunicação, educadores que atuam com a comunicação e em processos educativos, gestores públicos, ambientalistas etc. A REBECA vem se colocando como o principal canal de diálogo entre o

eventos e atividades formadoras regularmente. Com o mesmo objetivo, o governo criou a Semana Nacional do Meio Ambiente (na primeira semana de junho, sempre incluindo o Dia Internacional do Meio Ambiente, celebrado no dia 5 desse mês). No segundo semestre de 2005, o MMA promoveu uma consulta pública, chamando a sociedade a discutir o "Programa de Educomunicação Socioambiental", sob a coordenação de Cláudio Langone. Entre seus objetivos está, exatamente, "empreender esforços por um melhor nível de diálogo entre os educadores ambientais e o setor do jornalismo ambiental". Outro aspecto importante é buscar a integração entre a Rede Brasileira de Educomunicadores (Rede Educom) e as redes Latino-Americana e Caribenha de Educação Ambiental e de Educomunicação (esta última animada a partir de Cuba), como instrumento para favorecer as formulações pertinentes à comunicação no âmbito de um Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA), conforme consta do documento submetido à consulta pública, em sua página 23.

Outra medida do programa que se relaciona com a proposta desta pesquisa acadêmica voltada para a educação ambiental permanente através do jornalismo, está redigida nos seguintes termos:

governo e a sociedade, incluindo comunicadores, pesquisadores, educadores populares etc na elaboração e implementação do Programa de Educomunicação Socioambiental lançado pelo Governo Federal em junho de 2005, em Salvador, por ocasião do primeiro encontro da rede. Os interessados em participar da rede podem se inscrever em rebecainscrições@yahoo.com.br.

Promover a produção interativa e veiculação de programas e campanhas de educação ambiental para a mídia massiva. Esta ação comporta a oferta contínua de conteúdos, promoção de pesquisa para a produção de novos conteúdos, e o fomento à produção educativa ambiental para os meios de educação difusa, com foco no rádio e na TV como veículos prioritários. O aspecto interativo, princípio do Programa, implica no privilégio àquelas iniciativas de produção que reflitam um processo educativo em torno de si, e também um plano de difusão pedagógica. A produção interativa visa fomentar os sistemas de produção e veiculação de comunicação socioambiental; induzir a gestão popular nos MCM; alimentar canais públicos demandantes de conteúdos socioambientais; "ambientalizar" os veículos de comunicação comerciais de alcance nacional; abrir oportunidades de divulgação e apropriação dos conteúdos sobre educação ambiental produzidos em diversos âmbitos. Uma boa forma de promover estas dinâmicas de produção interativa pode ser a realização de seleções públicas de campanhas e programas, o que pode incrementar dinâmicas de criação em grupo em todo o país, e gerar processos educativos participativos em diversos níveis e ambientes, especialmente nas escolas e universidades.

Os principais objetivos e ações do Programa correspondem, em grande parte, às recomendações do coletivo presente na I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental promovida pelo Ministério do Meio Ambiente em Brasília, em 20 e 21 de outubro de 2004.

A grande dúvida é como tirar mais este projeto do papel, pois o que continua faltando para o MMA é o antigo problema de aparelhamento técnico no cumprimento pleno de suas atividades,

não só de fiscalização ambiental, como na produção de notícias sobre tão vasta área. Bastaria lembrar que a Assessoria de Comunicação Social do MMA conta com apenas cinco funcionários e não tem aparelhamento para fornecer material audiovisual, embora sendo este um segmento de mídia considerado fundamental pelo Programa de Educomunicação. Por isto o trabalho da Assessoria fica restrito à produção de textos ("frios" para os eventos fixos e "quentes" para o noticiário dos fatos em andamento, como é normal em toda assessoria de comunicação), conforme este pesquisador apurou em entrevista com a chefia da referida Assessoria em 25 set. 2005. Na ocasião, a assessora⁴¹ reconheceu que o material enviado à mídia não recebe o aproveitamento e o tratamento que a área ambiental merece e que a produção de pautas⁴² segue o modelo tradicional usado em qualquer redação, transformando-se em *releases* convencionais distribuídos à imprensa e disponibilizados no site do ministério www.mma.gov.br. Na mesma entrevista a Assessora informou que "em breve" seria iniciada a produção de notícias para rádio com distribuição pela Radiobrás.

Até aqui procuramos fundamentar nossa proposta de Educação Ambiental Permanente através do jornalismo. Vimos os conceitos de Integração e observamos que até nas regiões de conflito

⁴¹ Optamos por não citar o nome da assessora.

⁴² "A pauta é feita com base nas ações do ministério e nas agendas da ministra e dos secretários. Inicialmente levantamos informações, preparamos material de apoio (texto) etc.", informou a assessora.

bélico isto vem sendo possível, ainda que silenciosamente. Depois vimos admiráveis exemplos de Integração no ensino universitário (citando as bem sucedidas experiências das professoras Cremilda Medina e Ilza Girardi Tourinho) e na sociedade civil, tomando como exemplo o Projeto Mesa Brasil implementado pelos comerciantes através de sua entidade, o SESC (aliás, uma entidade que sempre apóia as atividades ambientais e culturais em todo o país). Por último repassamos um rápido olhar sobre a política brasileira na área ambiental, destacando a preocupação do atual governo com a educação e a conscientização. Assim, já é possível propor medidas práticas voltadas para o escopo desta pesquisa: educar permanentemente invocando o princípio da responsabilidade social do jornalismo, com amplo envolvimento da cidadania. Uma tarefa de todos e de cada um.

Conclusão: Proposta

Estes são os eixos principais de uma proposta que integre Jornalismo e Educação, no caso do Brasil:

Que a Universidade, no âmbito do MEC, com assessoria do MMA, assuma a coordenação de um Programa Nacional de Educação Ambiental Permanente a ser implementado e acompanhado com a participação efetiva dos segmentos produtores de saber e comunicação, tais como a Escola, a própria Universidade,

a Mídia e os órgãos públicos, com ampla integração da sociedade nos moldes propostos pela Agenda 21.

Tal Programa deverá ser instrumentalizado na forma de um fórum permanente de debates interdisciplinares destinado a orientar a reflexão e atualizar os saberes para a continuidade do processo, surgindo, daí, as indicações adequadas a uma *práxis* social a favor da preservação ambiental. As ações anuais devem culminar na Semana Nacional do Meio Ambiente, celebrada na primeira semana de junho, sempre englobando o Dia Internacional do Meio Ambiente: 5 de junho, comemorado pela ONU.

Tendo em vista o foco deste estudo específico voltado para o ensino de jornalismo e o consumo sustentável, é possível sugerir, de imediato e apenas como indicativo de debate, algumas atitudes práticas, tais como:

A) Em relação à mídia:

– Estudar a perspectiva de pautas voltadas para o consumo sustentável, discutindo causas e efeitos do consumo supérfluo e do consumo de produtos que, de alguma forma, geram sobrecarga para o ecossistema, sempre com a preocupação de indicar substitutivos viáveis; estudar pautas que valorizem e ajudem a fiscalizar os programas de comércio justo e os selos de qualidade ambiental; introduzir, na produção das matérias, o viés educativamente crítico em relação ao consumo buscando a mudança do comportamento

social, negando-se a validar o consumo insustentável por omitir o debate crítico.

B) Em relação ao Poder Público:

– Estudar a possibilidade de parcerias com os veículos de comunicação voltadas não ao tutelamento ou a qualquer tipo de imposição ou censura, mas na linha da participação cidadã e da responsabilidade social. Isto inclui também o apoio à mídia propriamente ambiental tradicionalmente excluída das campanhas patrocinadas com verbas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Outra prerrogativa do poder público é criar condições viáveis para a gestão da solidariedade a nível nacional, coordenando transparentemente as ações solidárias e canalizando competentemente (conforme o exemplo empresarial do “Mesa Brasil”) as disponibilidades de tempo ou de recursos materiais que os cidadãos muitas vezes desejam oferecer, mas não sabem a quem, como, quando e onde. Só sabem o porquê. Isto também significa que a questão ambiental é, antes de tudo, uma questão de gerenciamento inteligente. O poder público também deve contemplar o caráter educativo da própria legislação ambiental, de tal modo que *vigiar* não signifique tão somente *punir*. Este detalhe precisa ser observado também pela *mídia* ao explicar as razões legais que impedem ou retardam certos projetos, ao invés de ceder aos apelos dos empreendedores ou do próprio governo (veja-se o caso do projeto de transposição das águas do Rio São

Francisco) que, na ânsia de suas realizações, ridicularizam a legislação, apresentando-a para o grande público, através dos MCM, como "inimiga do progresso", criando antipatia contra as ações de preservação ambiental e os ambientalistas em geral.

C) Em relação à Universidade

Suscitar amplamente a participação popular nos moldes da Agenda-21 e suscitar, mediante rodízio regional entre as principais instituições públicas de ensino superior, o Fórum Nacional de Educação Ambiental Permanente, estabelecer relação de ensino-aprendizagem com a escola de primeiro e segundo graus, divulgar adequadamente e permanentemente, para a mídia, as pesquisas em andamento na área ambiental, incentivar atividades de extensão voltadas para a formação cidadã. Além de eventos ambientais envolvendo a comunidade, tais medidas podem ser colocadas em prática pelos professores e estudantes de jornalismo na forma de Agências de Notícias Ambientais, produção de livros-reportagem sobre o meio ambiente local em parceria com os alunos do Segundo Colegial, instituição de prêmios para estimular a participação em produtos de Comunicação Ambiental, estímulo ao intercâmbio cultural, principalmente entre os países da América Latina onde o debate ambiental é bastante intenso e com a necessária visão crítica sobre os fundamentos do nosso processo de desenvolvimento.

D) Em relação ao Jornalista:

D-1) Enquanto estudante:

Provocar os professores universitários a se envolverem em projetos de extensão comunitária e à participação cidadã na área do meio ambiente, sempre incorporando visão crítica em relação aos modelos de produção econômica que conduzem à crise ambiental. Nessa linha, os projetos de intervenção social visam ecologizar a sociedade, tanto em relação ao respeito à natureza quanto em relação ao respeito entre as pessoas. Aqui reabre-se a linha da "pesquisa urbana" como vemos em Park ou em Thiollent (2000) com amplas possibilidades de aprofundamento para o Jornalismo Ambiental, através das ferramentas do Jornalismo Literário Avançado, por exemplo.

D-2) Enquanto Profissional:

Ser jornalista 24 horas por dia, como ensina Cláudio Abramo. Estar presente na sociedade enquanto cidadão participante e atuante, sacudindo o viés cartorial, elitista ou burocratizante da profissão. Atuar permanentemente em atividades sociais relacionadas com a melhoria da vida, os debates sobre o meio ambiente, o futuro da espécie, exercendo atividade de educação e conscientização em todos os ambientes, e não apenas na redação ou no âmbito profissional.

Independente do tamanho desta lista de sugestões, o jornalismo ambiental prestará relevantes serviços à educação cidadã se os futuros jornalistas forem persuadidos a estudar a questão a partir de uma abordagem sistêmica que contempla a refundação da Ética em todos os níveis das atividades humanas, na busca de uma Estética que não viole a consciência e a própria natureza. O mais importante, porém, é que o debate incorpore ampla participação de *todos os atores* (especialistas ou não) envolvidos neste processo comandado, em última análise, por Gaia: *O bicho homem*.

Para Hegel (2003, p.52), "*nossos desejos e necessidades são moldados pela sociedade. Uma comunidade orgânica favorece os desejos que mais a beneficiam*". Afinal, de que adianta todo o nosso conhecimento se não o atualizamos na *práxis*? Para Hume "*nossos pensamentos estão desprovidos de conteúdo, e nossas palavras, de significado, a menos que estejam conectados com a experiência [prática]*" (apud QUINTON, 1999, p.15).

Por que teimamos em agir incoerente e diferentemente de nosso principal interesse, que é a Vida?

Referências

ARANHA, M. L. de A. e MARTINS, M. H. P. **Filosofando – Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1995.

BLOOM, B. et al. **Taxionomia de Objetivos Educacionais**. Trad. de Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Globo, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MEDINA, C. **A Arte de Tecer o Presente** – Narrativa e Cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MESA SÃO PAULO – AÇÃO CONTRA A FOME E O DESPERDÍCIO PELA QUALIDADE DE VIDA. São Paulo: SESC-SP, 1999.

MESA BRASIL SÃO PAULO – 10 ANOS. São Paulo: SESC-SP, 2004.

QUINTON, A. **Hume**. Trad. de José Oscar de Almeida Marques. Col. Grandes Filósofos. São Paulo: Unesp, 1999.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.

SIERRA CABALLERO, F. **Comunicación, educación y desarrollo. Apuntes para una historia de la comunicación educativa**. Sevilla: Comunicación Social Ediciones, 2002.

SIERRA CABALLERO, F. **Comunicación y Desarrollo Social: Teoria, Política y Metodología de Pesquisa**. Seminário ministrado aos alunos de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC-UNESP), campus de Bauru, Estado de São Paulo. Brasil, 27-30/08/2007.

SILVA-SANCHES, S. **Cidadania Ambiental** – Novos direitos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2000.

SINGER, P. **Hegel**. Trad. de Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2003..

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

INTERNET

ESTADO DO MUNDO 2005. Cap. 8. *Construindo a Paz através da Cooperação Ambiental*. Artigo de Ken Conca, Alexander Carins e Geoffrey D. Dabelko. Disponível em www.wwiuma.org.br Acesso em: 10.out. 2005

GABEIRA, F. *Política Ambiental de Lula*. Revista Eletrônica ambiente Brasil. Disponível em www.ambientebrasil.org.br Acesso em: 13 set. 2003.